

Período Regencial



Sumário

1.....	CONTEXTO INICIAL
2.....	EXERCÍCIO RESOLVIDO
3.....	SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL
4.....	ETAPAS DO PERÍODO REGENCIAL
5.....	REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA
5.1.....	REGÊNCIA TRINA PERMANENTE
5.2.....	REGÊNCIA UNA
6.....	SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PERÍODO REGENCIAL
7.....	REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL
7.1.....	REVOLTA DA CABANAGEM
7.2.....	REVOLUÇÃO FARROUPILHA
7.3.....	REVOLTA DOS RICOS
7.4.....	SABINADA
7.5.....	BALAIADA
7.6.....	CABANADA
7.7.....	REVOLTA DOS MALÊS
8.....	GOLPE DA MAIORIDADE

CONTEXTO INICIAL - PERÍODO REGENCIAL

Depois do fim do Primeiro Reinado, com a abdicação de Dom Pedro I ao trono, em 1831, inaugurou-se o chamado Período Regencial, marcado por uma forte instabilidade política e revoltas que quase levaram à fragmentação do país.

Ao abdicar, Dom Pedro I deixou seu filho, Dom Pedro II, como seu sucessor. Como Dom Pedro II possuía apenas 5 anos, o país foi governado por regência, ou seja, por representantes do rei. O Período Regencial só chegou ao fim em 1840, com o chamado Golpe da Maioridade.

A Constituição de 1824 determinava que, na ausência do imperador - nesse caso, por conta da menoridade de Dom Pedro II - o Brasil deveria ser governado por três regentes. Sendo assim, entre 1831 e 1834, foi o período das Regiões Trinas, formadas por três pessoas.

Nos primeiros meses do ano de 1831, foi instaurada uma Regência Trina Provisória e restaurado o Ministério dos Brasileiros.

Ainda em 1831, aconteceu a eleição para a Regência Trina Permanente. Nenhum regente eleito, entretanto, obteve o mesmo destaque que o Ministro da Justiça Padre Diogo Antônio Feijó.

Foi ele o responsável pela formação da Guarda Nacional, ao convocar vários fazendeiros para que estes montassem tropas militares para atuar na defesa do país.

Além disso, foi ele quem permitiu a compra dos títulos de coronéis pelos fazendeiros, fato importante para a constituição do coronelismo no Brasil. Em 1834, foi realizada uma emenda na Constituição, ou seja, uma lei vigente foi alterada.



Padre Diogo

Antônio Feijó

Foi ele o responsável pela formação da Guarda Nacional, ao convocar vários fazendeiros para que estes montassem tropas militares para atuar na defesa do país. Além disso, foi ele quem permitiu a compra dos títulos de coronéis pelos fazendeiros, fato importante para a constituição do coronelismo no Brasil.

Em 1834, foi realizada uma emenda na Constituição, ou seja, uma lei vigente foi alterada. Neste caso, a lei modificada foi justamente a que determinava as regras para o Governo na ausência do imperador.

As modificações significaram o Avanço Liberal, promovido pelos federalistas, e o estabelecimento do chamado Ato Adicional de 1834, que:

- **transformou a regência composta por três pessoas em regência una, ou seja, composta apenas por uma pessoa;**
- **determinou a eleição direta dos representantes, realizada de 4 em 4 anos;**
- **estabeleceu que cada província do Brasil poderia ter sua própria Assembléia para a criação de leis.**

Na primeira eleição direta para governante, foi o Ministro da Justiça, Padre Feijó, o representante eleito. Durante o governo do Padre Feijó, eclodiram vários movimentos e conflitos, chamados de Revoltas Regenciais.

Algumas delas de caráter separatista, como o caso da **Cabanagem, Sabinada e Farroupilha**; outras, movimentos populares que exigiam melhores condições de vida, como o caso da Balaiada; e a abolição da escravidão, como a Revolta dos Malês. Com exceção da Farroupilha, que conquistou seu objetivo e garantiu 10 anos de emancipação política para o Rio Grande do Sul, as Revoltas Regenciais foram fortemente reprimidas pelo poder militar Imperial.

Os Regressistas utilizaram as Revoltas Regenciais, principalmente as separatistas, como argumento para defender que o Ato Adicional dava margens para a fragmentação territorial do país. Essa crise política, movimentada pelas revoltas e pela pressão dos Regressistas, acabou levando à renúncia do Padre Feijó em 1837.

Com a renúncia do governante, o poder foi assumido por uma liderança regressista, Pedro de Araújo Lima, que à frente do Governo Único, criou a Lei Interpretativa do Ato Adicional, uma nova emenda na Constituição. Essa emenda é chamada de Regresso Conservador, uma vez que - apesar de manter a regência única, a eleição direta e as assembleias provinciais - determinou que todas as decisões tomadas nas províncias passariam a valer somente após a ratificação do Governo Central, o que significou a redução de suas autonomias. Uma vez que o Governo estava, naquele momento, nas mãos dos Regressistas, a oposição começou a desenvolver argumentos para a retomada de seu poder. Os Progressistas passaram a defender que os males do país estavam ligados à falta da figura do imperador. **Sendo assim, se inicia a chamada Campanha da Maioridade, na intenção de antecipar a coroação de Dom Pedro II.**

A Campanha da Maioridade acabou por ganhar o apoio das elites, de algumas lideranças provinciais e da população, culminando no Golpe da Maioridade, a coroação de Dom Pedro II como imperador com 14 anos, em 1840.

EXERCÍCIO DE FIXAÇÃO - Resolvido

ENEM/2010 Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos "barões do café", para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro. O contexto do Período Regencial foi marcado: **A) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia. B) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central. C) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida. D) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos "barões do café". E) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.**

SITUAÇÃO POLÍTICA DO BRASIL

Depois da abdicação de D. Pedro 1, O poder político do Brasil ficou dividido entre três grupos diferentes, que dominaram a vida pública brasileira até 1834.

SURGEM OS LIBERAIS E OS CONSERVADORES A

partir de 1834, os restauradores e os liberais exaltados tiveram sua participação no poder cada vez mais reduzida, e a cena política brasileira passou a ser dominada pela alta dos progressistas e dos regressistas.

Essas duas altas resultaram de uma cisão ocorrida no grupo dos moderados. Em resumo, as principais diferenças entre progressistas e regressistas consistiam em:

PROGRESSISTAS: Eram favoráveis a um governo forte, centralizado, no Rio de Janeiro, mas estavam dispostos a fazer algumas concessões aos liberais exaltados, por exemplo, dar maior autonomia administrativa para as províncias. Essa medida, aliás, já havia sido tomada pelo Ato Adicional de 1834.

REGRESSISTAS: Não estavam dispostos a conceder absolutamente nada aos liberais exaltados. Eram favoráveis a valorização do Poder Legislativo, centralizado no Rio de Janeiro. Lutavam firmemente pela manutenção da ordem pública. Eram contrários a liberdade administrativa das províncias.



Em 1840 os regressistas assumiram a denominação de Partido Conservador (mais tarde apelidados de saquaremas) e os progressistas, a de Partido Liberal (mais tarde apelidado de luzias).

Esses dois grupos passariam a dominar a vida pública brasileira, durante todo O Segundo Reinado.

Do ponto de vista ideológico, tinham poucas diferenças entre si; suas discordâncias eram apenas produto da ambição pelo poder.

Referindo-se a isso, Oliveira Viana, numa frase que se tornou célebre, afirmou:

Nada mais conservador do que um liberal no poder.

Nada mais liberal do que um conservador na oposição.

ETAPAS DO PERÍODO REGENCIAL

A Constituição do império estabelecia que, no caso de abdicação do imperador, o governo brasileiro seria exercido por um conselho de três regentes, eleitos pelo Legislativo, enquanto Pedro de Alcântara, O príncipe herdeiro, não a maioria a norma Cumprindo-se atingisse constitucional, tiveram iniciais as regências, um período é marcado sociais que por intensas agitações políticas convulsionaram a vida do país.

No seu conjunto, O período regencial passou por três etapas: ***REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA - de 7 de abril a 17 de junho de 1831; REGÊNCIA TRINA PERMANENTE- de 17 de junho de 1831 a 12 de outubro de 1835; REGÊNCIA UNA- de 12 de outubro de 1835 a 23 de julho de 1840, compreendendo as regências de Feijó e Araújo Lima.***

REGÊNCIA TRINA PROVISÓRIA (1831)

No dia 7 de abril, data da abdicação, o Parlamento brasileiro encontrava-se em férias. Não havia no Rio de Janeiro um número suficiente de senadores e deputados que pudessem eleger os três regentes que governariam o país. Assim, em caráter de emergência, os poucos parlamentos que se encontravam na cidade resolveram eleger uma Regência Trina Provisória. A Regência Trina Provisória governou o país por um período de aproximadamente três meses. Era composta por Francisco de Lima Silva (pai do futuro Duque de Caxias), Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos. A principal medida tomada pela Regência Provisória foi convocar os demais parlamentares para que elessem, em Assembleia Geral, Regência Permanente. Entre as outras medidas, destacam-se: - **Reintegração do Ministério dos Brasileiros, demitido por D. Pedro I em 5 de abril de 1831.**- **Promulgação de uma lei regencial restringindo as do atribuições que, Moderador, poder temporariamente, passaria aos regentes.** - **Anistia aos presos políticos.**

Apesar de manter as estruturas políticas do império autoritário, as primeiras medidas da Regência Provisória início do tinham caráter liberal e antiabsolutista. Era chamado avanço liberal, que durou até 1837, período em que os grupos políticos das províncias alcançaram maior grau de autonomia.



REGÊNCIA TRINA PERMANENTE (1831-1835)

Reunindo deputados e senadores de todo o país, a Assembleia Geral elegeu a Regência Trina Permanente no dia 17 de junho de 1831.

A nova Regência era composta pelos deputados João Bráulio Muniz, político do norte, e José da Costa Carvalho, político do sul, sendo mantida a presença do brigadeiro Francisco de Lima e Silva. De modo geral, podemos dizer que essa Regência representava os interesses do grupo dos moderados.

A ela se opunham os liberais exaltados e os restauradores. Uma das figuras de grande destaque nessa Regência foi o padre Diogo Antônio Feijó, nomeado para o cargo de ministro da Justiça. Empenhado em garantir a ordem social dos liberais moderados, Feijó teve uma atuação enérgica na repressão das agitações populares e nos levantes militares. Para isso, criou a Guarda Nacional (tropas controladas pelos grandes fazendeiros), que constituiu o braço armado do governo, destinado a conter os restauradores e os liberais exaltados.

Não conseguindo controlar satisfatoriamente os grupos políticos que lhe faziam oposição, o padre Feijó renunciou ao cargo de ministro da Justiça, em 1832.

Os restauradores deram vivas à renúncia de Feijó e impulsionaram sua campanha pela volta de D. Pedro I ao poder. Entretanto, a luta dos restauradores perdeu toda sua razão de ser em 1834, com a morte de D.

Pedro I, no palácio de Queluz, em Lisboa.



ATO ADICIONAL DE 1834

Ainda no ano de 1834, a maior parte dos políticos brasileiros da Câmara e do Senado promoveu uma reforma da Constituição do Império, estabelecendo medidas que buscavam acomodar as diversas facções políticas. Essa reforma foi implementada através do Ato Adicional, cuja redação final coube ao deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos. Dentre as principais modificações introduzidas pelo Ato Adicional de 1834, destacam-se:

- **A Regência Trina passaria a ser Regência Una, isto é, seria exercida por uma única pessoa, com mandato de quatro anos, escolhida por eleição nacional, centralizando-se ainda mais no poder.**
- **O Rio de Janeiro seria transformado em município neutro, sede do governo da corte, independente da província do Rio de Janeiro, cuja capital seria Niterói.**
- **Seriam criadas, nas províncias, as Assembleias Legislativas, com poderes para elaborar leis referentes às questões locais. Com isso, extinguem-se os Conselhos Provinciais.**
- **Seria extinto Conselho de Estado, tradicional reduto de políticos conservadores**

A criação das Assembleias Legislativas oferecia maior liberdade administrativa para as províncias, representando uma concessão aos liberais exaltados. Contudo, o Brasil continuava sendo uma monarquia bastante centralizada, já que os presidentes das províncias eram nomeados pelo governo da capital do império. Apesar disso, o Ato Adicional foi considerado importante marco do avanço liberal durante o período das regências. Alguns conservadores o chamavam de "código da anarquia", porque concedia maior autonomia às províncias brasileiras.



REGÊNCIA UNA DO PADRE DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ (1835- 1837)

Com base no Ato Adicional, foram realizadas eleições no país para a escolha da Regência Uma. O padre Diogo Antônio Feijó e o deputado pernambucano Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti de Albuquerque, ambos pertencentes ao grupo dos moderados, eram os principais concorrentes. O padre Feijó representava uma parcela dos moderados que; embora defendesse um Poder Executivo forte e enérgico, fazia alguma concessão à liberdade administrativa das províncias. Essa era a ala progressista. O deputado Cavalcanti representava a parcela dos moderados que defendia o fortalecimento do Poder Legislativo Nacional no Rio de Janeiro e não concordava em dar liberdade administrativa às províncias. Pertencia à ala dos regressistas. Numa disputada eleição, o padre Feijó conseguiu a vitória com pequena diferença de votos, o que prenunciava dificuldades futuras. Feijó obteve 2.826 votos, contra 2.251 dados ao deputado Cavalcanti. Depois de eleito, o regente Feijó sofreu grande oposição do setor regressista que o acusava de ser incapaz de impor ordem no país.

REGÊNCIA UNA DE PEDRO DE ARAÚJO LIMA (1837-1840)

Tão logo assumiu o poder, Pedro de Araújo Lima tratou de organizar um novo ministério composto somente por políticos regressistas ou conservadores. Conhecido como Ministério das Capacidades, tinha entre seus principais representantes o ex- liberal Bernardo Pereira Vasconcelos, ocupando o Ministério da Justiça e do Império. A Regência de Araújo Lima caracterizou-se pela violenta repressão às revoltas políticas que vinham ocorrendo nas províncias e, segundo o governo, ameaçavam quebrar a unidade territorial do Brasil. Durante essa regência, a autonomia administrativa das províncias foi reformulada pela Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840. Essa lei tinha como objetivo limitar a autonomia dos municípios e promover uma nova centralização do poder político. A polícia e a justiça ficariam sob o controle direto do poder central. Juízes municipais e delegados seriam diretamente nomeados pelo governo da capital do império.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO PERÍODO REGENCIAL

No decorrer do primeiro Reinado e Período das Regências, a tradicional organização econômica dos tempos coloniais sofreu um decisivo reforço. Com as importações praticamente sem barreiras alfandegárias, os produtos estrangeiros foram dominando o mercado interno brasileiro estabelecendo uma concorrência que tornava impossível o desenvolvimento da produção nacional. Assim, nossa economia reduzia-se cada vez mais à produção de alguns poucos gêneros tropicais destinados à exportação, e ficava extremamente vulnerável às flutuações econômicas do comércio internacional. A partir de 1831, refletindo essas flutuações econômicas, os principais produtos brasileiros de exportação passavam a enfrentar sérios problemas de concorrência no mercado internacional. O açúcar de cana perdia preço em função da concorrência do açúcar antilhano, controlado pelos Estados Unidos do açúcar de beterraba desenvolvido na Europa. O algodão também sofria a concorrência dos Estados Unidos, que tinham em seu favor técnicas produtivas mais avançadas e fretes mais baratos.

O couro por sua vez, conhecia um período de crise, em face da produção dos países platinos. O comércio internacional do Brasil se torna quase permanentemente deficitário. Entre 1821 e 1860, só excepcionalmente ocorrem anos com balanços positivos. Agravando a crise econômica e financeira do país, outros fatores somaram-se ao desequilíbrio de nossa balança comercial. Entre esses fatores, destacam-se: **A indenização de 2 milhões de libras que o Brasil pagou em troca do reconhecimento da independência por Portugal; As despesas com operações militares destinadas a conter as rebeliões internas e os conflitos externos.** O déficit brasileiro foi provisoriamente contornado com empréstimos tomados aos centros financeiros internacionais. Mas tais empréstimos eram simples paliativos que não eliminavam as causas dos nossos problemas. Pelo contrário, complicava-se mais ainda a questão, pois esses empréstimos implicavam novos pagamentos sob forma de juros, dividendos, amortizações etc.

REVOLTAS DO PERÍODO REGENCIAL

A crise econômica desse período contribuiu para gerar focos de descontentamento interno em várias províncias. No bojo da onda liberal e reformista que varria o século XIX, as camadas populares e as classes médias urbanas reivindicavam seu direito de participar do poder político nacional. Como as insatisfações, depois de 1822, já não podiam ser centralizadas contra a Metrópole, elas convergiam contra o governo central do império, instalado no Rio de Janeiro. Em meio à crise econômica e às convulsões sociais, a classe dominante brasileira mantinha firme seu objetivo de organizar um aparelho de Estado capaz de impor sua autoridade em todo o território nacional. Para realizar seu projeto de dominação, era preciso garantir, a todo custo, a unidade territorial do país e rechaçar de todas as maneiras as forças sociais separatistas ou divisionistas que se organizavam nas províncias. Referindo-se às diversas revoltas políticas, o padre Feijó declarava que o vulcão da anarquia ameaçava devorar o império. Com decisão e energia, a classe dominante estava disposta a apagar as chamas desse vulcão.

Cabanagem - Pará (1835-1840) A Cabanagem foi uma grande revolta popular ocorrida na província do Pará. Dela participaram pessoas vindas das camadas mais pobres da sociedade. Os cabanos, assim chamados por morarem em cabanas à beira dos rios, eram constituídos por negros, índios e mestiços, violentamente explorados pelas autoridades do governo. Quase todos viviam em estado de absoluta miséria. A revolta dos cabanos representava uma tentativa de modificar a situação de injustiça social da qual eram vítimas. Para isso, era necessário tomar o poder da província.

Revolução Farroupilha (1845)

A Revolução Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, foi a mais longa revolta de todo o Período Regencial e Imperial e ocorreu na província do Rio Grande do Sul. Na época, o Rio Grande do Sul era um grande produtor de charque (carne-seca), e seu mais importante centro consumidor eram as províncias do nordeste. Os produtores gaúchos reclamavam ao governo central maior proteção para seus negócios, em face da concorrência que sofriam de países como o Uruguai, a Argentina e o Paraguai, que exportavam o charque para o Brasil. Reclamavam também dos baixos preços para seus produtos, dos altos impostos etc.

Sabinada - Bahia (1837-1838) Em 1837, estourou na Bahia uma rebelião liderada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, por isso conhecida como Sabinada. A Sabinada foi uma rebelião comandada por homens cultos da classe média da cidade de Salvador. Não teve a participação dos pobres, nem obteve o apoio dos ricos fazendeiros. O objetivo da rebelião era proclamar uma república na Bahia, mas não para sempre. A república só duraria enquanto D. Pedro II fosse menor e não assumisse o poder.

Balaiada - Maranhão (1838-1841) A Balaiada, uma das mais importantes revoltas de caráter popular, explodiu no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841. Fabricantes de balaios, século XIX. Nessa época, o Maranhão atravessava uma grave crise econômica.

GOLPE DA MAIORIDADE

Os políticos do Partido Liberal, fazendo oposição a Regência de Araújo Lima, passaram a defender a ideia de que o meio mais lógico e eficiente para preservar a unidade territorial do império e acabar com falta de autoridade do governo central seria transferir o poder para as mãos de Pedro de Alcântara. Este, contudo, ainda era menor de idade. Visando dar uma solução jurídica para esse problema, foi fundado o Clube da Maioridade, cujo objetivo era lutar, junto à Assembleia Nacional, pela antecipação da maioridade de D. Pedro.

Os principais representantes desse clube eram os irmãos Martim Afonso e Antonio Carlos de Andrada e Silva.

O Clube da Maioridade teve o apoio das classes dominantes e uniu políticos progressistas e parte dos regressistas. A elite política acreditava que a figura de um imperador com fortes poderes seria essencial para liquidar as revoltas provinciais e, desse modo, restabelecer a ordem social que interessava os grandes proprietários de terras e senhores de escravos. Em 1840, a Assembleia Nacional aprovou a tese da maioria (golpe da maioria). Pedro de Alcântara, apesar de seus 15 anos incompletos, foi considerado apto para assumir a chefia do Estado brasileiro, sendo aclamado imperador, com o título D. Pedro II. Isso se deu no dia 23 de julho de 1840 e marcou o início do Segundo Reinado, um período longo, que durou quase meio século e chegou ao final em 1889.



FIM